A PRÁTICA PSICOLÓGICA E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER SAÚDE EM SUAS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO

PSYCHOLOGICAL PRACTICE AND THE POSSIBILITIES OF PROMOTING HEALTH IN ITS DIFFERENT AREAS OF ACTION

Gabriel Oliveira Barbosa¹

Kenia Aparecida Gomes²

Gabriella Hott dos Santos Moreira³

Michelly Muniz Hott Camara⁴

Humberto Vinício Altino Filho⁵

RESUMO

O presente estudo objetiva caracterizar a prática psicológica e apresentar os meios de se promover saúde em suas diferentes áreas de atuação, contemplando as áreas da psicologia organizacional e do trabalho, a psicologia escolar, atenção básica, psicologia clínica, a psicologia do esporte, a psicologia hospitalar, a psicologia jurídica e a psicologia social compreendendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), áreas às quais houve aproximação durante a graduação. Seu desenvolvimento se deu através de um estudo qualitativo descritivo aplicado, no qual foi utilizada pesquisa bibliográfica para levantamento de obras já publicadas que possibilitasse a análise do tema proposto. Durante a construção deste, foi possível esclarecer as atribuições de cada uma das áreas citadas e apresentar sua relação com a promoção de saúde.

Palavras-chave: Atribuições Profissionais do Psicólogo. Saúde Mental. Prática Psicológica.

ABSTRACT

This study aims to characterize psychological practice and present the means of promoting health in its different areas of action, covering the areas of organizational and work psychology, school psychology, primary care, clinical psychology, sport psychology, psychology hospital, legal psychology and social psychology comprising the Reference Center for Social Assistance (CRAS), the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) and the Psychosocial Assistance Center (CAPS), areas which were approached during graduation. Its development took place through an applied descriptive qualitative study, in which bibliographical research was used to survey already published works that would allow the analysis of the proposed theme. During the construction of this, it was possible to clarify the attributions of each of the mentioned areas and present their relationship with health promotion.

Keywords: Professional Attributions of the Psychologist. Mental health. Psychological Practice.

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG, 1810100@sempre.unifacig.edu.br

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG, kenia.3@hotmail.com;

³ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG, 1510355@sempre.unifacig.edu.br

⁴ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG, michelly.hott@sempre.unifacig.edu.br

⁵ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACIG, altinofilho@sempre.unifacig.edu.br

INTRODUÇÃO

A psicologia, enquanto ciência e profissão, é dinâmica e está sempre em movimento. Seu campo, comumente conhecido por estudar o comportamento humano, não se resume a uma descrição reducionista. A psicologia considera as semelhanças e diferenças entre os indivíduos e busca compreender o desenvolvimento comportamental e cognitivo dos seres humanos, não apenas de forma individual, mas também em sociedade, considerando como os indivíduos percebem, tratam e se sentem em relação aos outros (GLEITMAN *et al.*, 2009), objetivando, ao final dessa compreensão, a construção de meios para proporcionar o bem-estar e o melhor convívio. Tais aspectos impulsionam os profissionais da área, à medida em que são convocados a atuar com compromisso social em defesa dos direitos humanos frente às diversas realidades e singulares contextos (CFP, 2022). Desse modo, como especificidades profissionais definidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) (1992), o psicólogo “[...] atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano” (p. 01).

A psicologia foi regulamentada enquanto profissão, no Brasil, por meio da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962. Ainda assim, seu processo de construção se deu durante um longo período que antecedeu a essa data e pode ser visto ainda nos dias de hoje. Antes de ser estabelecida como profissão, a psicologia passou por marcos que, ao longo prazo, repercutiram em uma análise crítica de sua prática. Bock (1999) faz uma alusão a períodos vivenciados no Brasil que fizeram parte desse processo. De acordo com a autora, períodos como o Brasil Colonial, a vinda da corte portuguesa e o período da Primeira República, foram períodos que marcaram a evolução da psicologia para além de uma caracterização de doenças e vínculo à medicina. Em seu início, voltado para caracterização de doenças e a área clínica, segundo Carloni (2011), a psicanálise se destacou como uma das abordagens com maior repercussão, principalmente com seu enfoque nos estudos do inconsciente.

Segundo Campos e Bernardes (2005), após o fim do regime militar (1964-1984), a psicologia se viu frente a um Brasil que seguia o trajeto de uma redemocratização, a qual, diante da maior liberdade de expressão, originou na comunidade de psicólogos tensionamentos acerca do seu envolvimento no processo político e da necessidade de se responder a demandas trazidas pelas parcelas mais amplas da população. A partir disso, começou a se assumir na psicologia, um compromisso social. De acordo com Bock *et al.* (2007), Sílvia Lane foi uma influência para a denominação do compromisso social da psicologia, estabelecendo como princípios

fundamentais para a transformação da psicologia o trabalho coletivo, a consciência crítica e a atenção comprometida com as urgências e necessidades da população. Dito isso, como apresentado por Furtado (2012), não existe um *locus* fundador ou início marcante para seu surgimento, mas um processo gradual que se instaura à medida que se manifesta o conflito entre novos e velhos saberes, descobertas, oportunidades e novas demandas sociais.

Segundo Cruz (2016), sua atuação contempla algumas modalidades que transcendem a maioria das especificidades de cada área como os processos de avaliação, seja em ambientes clínicos ou não; o tratamento psicológico e acolhimento; a orientação; o acompanhamento psicológico em diferentes contextos; a construção e afirmação social por meio da promoção, prevenção e atenção à saúde de indivíduos direcionadas para políticas da integralidade e práticas de gestão; as consultorias e assessorias em projetos; as atividades de pesquisa e desenvolvimento de métodos de intervenção e as atividades relacionadas ao ensino. Compreende-se, então, a atuação do profissional de psicologia como extremamente ampla, podendo se estender a diversas áreas que necessitem da contribuição do saber psicológico.

Apesar disso, por inicialmente sua prática ter estado relacionada a atendimentos clínicos tendo como abordagem de destaque a psicanálise (LEOU; MENDONÇA, 2018) percebe-se que, muitas vezes, o conjunto relacionado a essa abordagem se resume como somente uma psicologia, não considerando suas diversas áreas de atuação e vertentes de pensamento. Nesse mesmo estudo desenvolvido pelos autores, foi realizado um levantamento com adolescentes da 3ª Série do Ensino Médio acerca dos estereótipos envolvendo a prática psicológica. Por meio dos dados obtidos, os autores notaram diversas dúvidas em relação à psicologia, dentre elas, a visão da psicologia apenas como clínica limitada ao tratamento de transtornos mentais. Desse modo, este estudo se justifica a partir da necessidade de romper com esses estereótipos que limitam a visão do profissional de psicologia apenas enquanto clínico, voltando-se para o tratamento de transtornos mentais, algo que pode ser identificado frequentemente em falas de pessoas leigas na área. Objetiva-se, portanto, caracterizar a prática psicológica e os meios de se promover saúde dentre suas diferentes áreas de atuação. Neste estudo, serão tratadas, dentre as diversas áreas, a psicologia clínica, a psicologia organizacional e do trabalho, a psicologia do esporte, a psicologia hospitalar, a psicologia jurídica e a psicologia social compreendendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, aplicado, que tem como objetivo caracterizar a prática psicológica para além da prática clínica, tratando das áreas anteriormente mencionadas, que foram escolhidas por terem sido abordadas durante a graduação em psicologia. No que se refere ao caráter metodológico, a pesquisa qualitativa possibilita uma compreensão detalhada em níveis de profundidade dos fatos que estão sendo investigados (LIMA JUNIOR *et al.*, 2021).

Como método de obtenção de informações, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que se trata de uma modalidade de pesquisa que faz o levantamento de obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa (SOUSA *et al.*, 2021). Para esta pesquisa foram utilizadas cartilhas, livros e artigos científicos que se relacionam com o tema promoção de saúde mental, clínica ampliada de psicologia e prática profissional de psicologia. Para o levantamento de obras foram realizadas pesquisas em sites como Scientific Electronic Library (SciELO), Google Acadêmico, Portal Periódicos do Capes e bibliotecas virtuais.

DESENVOLVIMENTO

Atuação do Psicólogo no Âmbito Organizacional e do Trabalho

A psicologia organizacional é conhecida por estudar o comportamento dos indivíduos em organizações e compreender como ambos se relacionam. Para Zanelli (1986), a Psicologia Organizacional cuida das “relações entre as condições de ajustamento da organização em seu ambiente, das relações de interdependência de seus subsistemas e os fatores que determinam tais relações — isto tudo no que concerne especificamente aos recursos humanos...” (ZANELLI, 1986, p. 31).

Conforme apresentado pelo CFP, a psicologia organizacional e do trabalho é direcionada para análise dos fenômenos psicológicos em interação com as organizações, desenvolvimento organizacional, gestão de pessoas, prevenção e promoção de saúde e em como o indivíduo se relaciona com o trabalho (CFP, 2022)

Martins (2020) descreve a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho como uma atuação direcionada para setores de recursos humanos, desenvolvimento e treinamento de pessoas, além da orientação em planos de carreira, podendo realizar também pesquisas sobre satisfação laboral. Silva e Faria (2018), acrescentam que a atuação deste psicólogo é voltada para o estudo e análise da relação entre o indivíduo e seu trabalho, partindo da compreensão de

trabalho não só como meio de se obter renda, mas como meio de se alcançar o triunfo pessoal e profissional do trabalhador. O psicólogo organizacional deve ainda considerar as individualidades e subjetividades que compõem esse meio e que o indivíduo será acometido por situações externas que poderão refletir em seu comportamento na empresa.

[...] o psicólogo, com sua formação e olhar diferenciado sobre os fenômenos comportamentais, pode contribuir sobremaneira nos contextos organizacionais. Como o trabalho, invariavelmente, faz parte da vida de todos, o papel do psicólogo nas organizações de trabalho tem como objetivo a promoção, a preservação e o restabelecimento do bem-estar e da qualidade de vida de seus componentes (SCHMIDT *et al.*, 2013, p. 356).

Ao se considerar a competitividade do mercado de trabalho e sua rotina agitada, os trabalhadores são constantemente expostos a condições de trabalho estressantes e desgastantes, condições que se mantêm devido a sua necessidade de trabalhar e se sustentar (SOUZA; FERREIRA, 2021), necessitando então de uma intervenção qualificada. Ao se compreender a saúde como uma construção que é afetada por diversos fatores, como o biológico, o psicológico, o social, o religioso e o cultural, o papel do psicólogo é incentivar e colaborar para que o ambiente de trabalho se torne mais confortável e favorável para um bom desenvolvimento pessoal e profissional.

Sendo assim, pode-se entender que, como disseram Souza e Ferreira (2021), o profissional de psicologia que atua na área organizacional deve propor programas e intervenções que alinhem o objetivo da empresa com o objetivo e bem estar dos colaboradores a fim de estabelecer um ambiente de trabalho mais saudável e menos agressivo, reconhecendo os colabores e possibilitando seu desenvolvimento.

Atuação do Psicólogo no Âmbito Escolar

O psicólogo escolar ou educacional, atua diretamente na escola e ocupa-se das questões práticas e os processos educacionais referidos a ela, mesmo eles não estando presentes somente no contexto escolar, o refletir e pesquisar também está incluído no fazer do psicólogo nos processos educacionais em geral (DIAS *et al.* 2014). A psicologia escolar é um fazer amplo que engloba diversas áreas dentro de instituições de ensino. Segundo Martinez (2010), são atribuições do psicólogo escolar: a avaliação e os diagnósticos de alunos com dificuldades no processo de aprendizagem e o encaminhamento para profissional específico caso necessário; a orientação psicológica a pais e alunos; a orientação vocacional e sexual a alunos; a orientação a professores; a elaboração e a coordenação de projetos educativos; as intervenções caso ocorram casos de preconceito e *bullying*; o diagnóstico, a análise e a intervenção em nível

institucional, especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola; visa delinear estratégias de trabalho favorecedoras de mudanças necessárias para a otimização do processo educativo; a participação na construção, acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola; a participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho; a contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; a coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; a contribuição para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado; a realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo e facilitar de forma crítica reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas.

É função do psicólogo também atuar de forma interdisciplinar, juntamente com a equipe que trabalha com os processos educacionais nas instituições de educação, como coordenadores, professores que fazem o atendimento educacional especializado, pedagogos e profissionais que possam de alguma forma fazer parte das intervenções dentro do contexto escolar (DIAS *et al.* 2014).

Na conceituação apresentada, pode-se observar que a Psicologia Escolar não está definida em função de um campo estreito de saberes da Psicologia (por exemplo, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento), mas sim a partir da configuração de um campo de atuação profissional que requer a utilização dos múltiplos e diversos saberes organizados em diferentes áreas da Psicologia como ciência particular, sem os quais não é possível contribuir eficazmente para a otimização do processo educativo compreendido na sua complexidade e plurideterminação (MARTINEZ, 2010, p. 42).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que a atuação do psicólogo dentro do âmbito escolar pode promover mudanças importantes na qualidade dos processos educativos, organização e, também, promoção da saúde mental. Segundo Martinez (2009), essas mudanças são: promover participação consciente, ativa e compromissada na instituição; promover organização e potencialização das formas criativas de resolução de problemas dos envolvidos; promover melhoria da qualidade do trabalho docente educativo, delinear estratégias específicas para o contexto em que atuam constituindo expressões do compromisso com as mudanças almejadas; promover concretização de processos educativos mais sólidos; promover análise crítica voltada para as políticas a serem implantadas reconhecendo seus pontos fortes e seus aspectos vulneráveis; promover identificação dos pontos que possam constituir empecilhos para os processos de mudanças e delinear estratégias para neutralizá-los; promover abertura de formas de comunicação e de gestão participativa que possibilitem o envolvimento dos professores no processo de tomada de decisões; favorecer a coesão da equipe pedagógica e

potencializar a receptividade da comunidade educativa às mudanças; promover contribuição para enfrentar e negociar os conflitos que acompanham os processos de mudanças, e promover a criação de sistemas de estímulos e de premiação dos resultados positivos alcançados.

Promover mudanças intencionalmente constitui um processo difícil já que os efeitos de qualquer ação intencional não dependem diretamente da ação mesma, mas da forma em que é percebida, compreendida e assumida pelas pessoas a quem vai dirigida. Os sentidos subjetivos que estas produzem são decisivos para compreender os possíveis desdobramentos das ações direcionadas ao câmbio (MARTINEZ, 2009, p.176).

O fazer do psicólogo é significativo e crucial para que todas as subjetividades sejam respeitadas e entendidas. Segundo Souza (2009), deve-se buscar compreender como é o processo de escolarização, e para isso é necessário, cada vez mais, lutar pela importância de compreender a queixa escolar não como mero reflexo de problemas emocionais, mas sim como fruto das relações escolares e revendo com atenção o processo diagnóstico e seus instrumentos de avaliação.

Atuação do Psicólogo na Atenção Básica

A atuação do psicólogo na atenção básica engloba atendimentos nas Unidades Básicas da Saúde (UBS), na Estratégia de Saúde da Família (ESF) e, também, no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), compreendendo assim todas as demandas sociais advindas de suas práticas dentro desses equipamentos. Segundo Cintra e Bernardo, (2017), o psicólogo pode e deve compartilhar suas práticas, atuando no território, contribuindo com um olhar diferenciado sobre a família, os indivíduos, a comunidade e ampliando as ações de saúde locais articuladas à qualidade da atenção.

Há um grande repertório de ações que podem ser desenvolvidas na atenção básica, abrangendo ESF's, NASF e UBS, sendo elas: atividades em grupo; visitas domiciliares; oficinas; discussão de casos clínicos; realização de atendimentos compartilhados; realização de educação permanente sobre temas relevantes para as equipes, participação da construção de protocolos com as equipes; dar suporte na implantação e incorporação de novas práticas, como, por exemplo, grupos terapêuticos e educativos, entre outras técnicas; dar suporte na construção de projetos terapêuticos singulares; dar suporte no manejo de questões do território; estudo de casos; interconsultas; supervisão continuada e orientação e capacitação no cuidado e acolhimento dos casos de saúde mental (BRASIL, 2013).

A articulação da Psicologia Social da Saúde com a ESF apresenta-se como proposta que tem muito a contribuir para ações junto às comunidades, com o objetivo de compor e não substituir. Compor um trabalho em que a equipe interaja e funcione

como potência para o território da intervenção, com a criação de sistemas conversacionais na equipe que se multipliquem em diálogo para toda a comunidade. Como estratégia permanente de ação. Construir um projeto institucional abraçado pela equipe como um todo, numa abertura para a diversidade, com alternativas que possam traduzir-se em corresponsabilidade, tão almejada no sistema de saúde (BORGES; CARDOSO, 2005, p. 30).

O psicólogo inserido nos cuidados primários tem papel de mediador e catalisador das potencialidades e dos recursos tanto ao nível individual quanto comunitário, possibilitando a produção de saúde e qualidade de vida, (FURTADO; CARVALHO, 2015). Assim, a promoção de saúde mental se faz presente nas mais variadas intervenções na atenção básica, e segundo Borges e Cardoso (2005), essa promoção pode se organizar da seguinte forma: construindo um fazer conjunto e coletivo, valorizando a localidade e as interações que nela acontecem focando na realidade local; refletindo sobre as problematizações das possíveis formas de intervenção; trabalhando de forma integrada e intersetorial, voltando-se para a coletividade e compreendendo o processo saúde-doença-cuidado, principalmente na área da saúde mental, tendo em vista seu crescimento nos últimos tempos; contribuindo para a transformação das práticas em saúde rumo à integralidade; planejando e definindo estratégias de intervenção nas famílias, de acordo com as necessidades da comunidade que residem no território e buscando apoio da equipe multiprofissional para intervenções mais concretas nos casos de saúde mental, como por exemplo psiquiatras.

Ademais, vemos na proposta da clínica ampliada um meio para o psicólogo repensar e ressignificar suas práticas, já que essa visão toma como ponto de partida a existência concreta dos sujeitos e o envolvimento social que fundamenta essa existência, colocando em primeiro lugar o sujeito em todos seus aspectos subjetivos e sociais envolvidos. Além disso, ela aponta para a identificação do sujeito como uma pessoa com direitos e deveres, mas, ao mesmo tempo, como protagonista, que pode preparar-se para fazer valer os próprios direitos (SILVA; BONATTI, 2019, p. 392).

É nítida a importância da atuação do psicólogo que irá atuar buscando sempre uma prática que abrange ações que promovam autonomia, conscientização e empoderamento, visando assim, à transformação social da comunidade, permitindo um olhar entre iguais para uma atuação contextualizada (CINTRA; BERNARDO, 2017), proporcionando assim, melhoria na qualidade de vida dos usuários desse serviço.

Atuação do Psicólogo Clínico

A psicologia clínica é uma das áreas de atuação mais conhecidas, muitas das vezes associadas apenas aos tratamentos de pessoas com transtornos mentais graves a qual encontra-

se rodeada de diversos estigmas que afetam de forma negativa não só a atuação do psicólogo clínico, mas também as pessoas que necessitam deste serviço.

Conforme apresentado por Cabral e Nick (1979), citados por Souza (2021), pode-se compreender a Psicologia Clínica como a aplicação de várias técnicas científicas específicas, voltadas para a saúde mental, com o objetivo de reduzir o sofrimento psíquico e restabelecer o indivíduo em seu meio, além de orientar o tratamento de transtornos mentais. A atuação do psicólogo clínico se estende então para todo e qualquer sofrimento psíquico que atinja o indivíduo. Para essas intervenções, a psicologia clínica é composta por diversas modalidades de intervenção que vão de terapia breve a algumas terapias sem tempo determinado (SOUZA, 2021). Tais possibilidades oferecem tratamentos ideais para cada tipo de demanda trazida pelas pessoas atendidas.

O fazer generalista no âmbito da psicologia clínica, coloca no circuito o desafio de construir um olhar integrador sobre o ser humano, ao longo do ciclo vital, vivendo em uma família que também se desenvolve, em uma situação específica de gênero, raça, classe social, num momento histórico dado, compreendendo e respondendo ao sofrimento específico que o sujeito traz ao profissional de saúde, sobretudo ao psicólogo, de modo a devolver-lhe o máximo possível, o protagonismo da sua história, que se faz num contexto social, que inclui – no contexto brasileiro – violências, discriminações, racismo, abusos, entre outras marcas, próprias de uma sociedade desigual (MATOS *et al.*, 2018, p. 141).

Entende-se a atuação do psicólogo clínico como uma atuação que deve compreender toda as instâncias que circundam o indivíduo como histórico de vida, histórico médico, qualidade de vida, condições de desenvolvimento de autonomia, relações intrapessoais e interpessoais, aspirações, motivações, e a própria compreensão de seu sofrimento. A descrição da atuação do psicólogo clínico apresentada pelo CFP (2022), aponta como papel deste a promoção da autonomia, da qualidade de vida e da saúde integral. Essa atuação proporciona redução do sofrimento de indivíduos considerando sua subjetividade e contexto, podendo exercer tal intervenção em níveis sociais, individuais, grupais e institucionais. Assim, pode-se compreender a atuação do psicólogo clínico não apenas como focada em transtornos, mas em pessoas em sofrimento, o qual pode ser causado por questões laborais, acadêmicas, relacionamentos amorosos e familiares, baixa autoestima, ausência de motivações, fatores sociais, políticos, sexualidade, racismo e outros tipos de preconceito, dentre outros.

Atuação do Psicólogo Hospitalar

Já de antemão, é preciso destacar que existe uma diferença entre os conceitos psicologia da saúde e psicologia hospitalar. Castro e Bornholdt (2004) apontam que a psicologia

da saúde é um termo utilizado em outros países e se refere a uma atuação da psicologia voltada para intervenções nos níveis primários, secundários e terciários. Já a psicologia hospitalar, é um termo utilizado no Brasil que se refere a atuação da psicologia dentro dos níveis secundários e terciários, quando já existe algum tipo de doença instalada.

De acordo com a descrição do CRP (2022), a psicologia hospitalar é uma área que atua com intervenções voltadas para fenômenos psicológicos ocorridos no âmbito hospitalar provenientes de hospitalizações, adoecimentos, recuperação, perdas e luto. Essa subárea da psicologia busca a compreensão do processo de adoecimento do indivíduo objetivando a minimização do sofrimento. Para tal, segundo Assis e Figueiredo (2019), o psicólogo atua sempre respeitando a integridade física do paciente, visando sempre a compreensão da função dos aspectos psicológicos na manutenção da saúde, no desenvolvimento de doenças, e comportamentos associados a essas doenças. Vieira e Waishunng (2018), ressaltam ainda que o objetivo de intervenção da psicologia hospitalar não se aplica apenas ao paciente, mas também à familiares e à equipe do hospital.

O atendimento psicológico em hospitais tem caráter breve e emergencial. De acordo com o CFP (2022), o psicólogo que atua em hospitais, presta atendimentos psicológicos e avaliações do estado mental das pessoas atendidas, familiares e cuidadores. Ele também apresenta métodos de enfrentamento do sofrimento psicológico; auxilia no diagnóstico e tratamento; presta assistência psicológica em pessoas em situação de crise ou agravamento do estado mental; atua em equipe multidisciplinar contribuindo para a evolução de prontuários, e intervindo em interconsultas, manejos, medicamentos, discussões clínicas e reflexões das práticas de assistência à saúde; auxilia no desenvolvimento e implantação de protocolos; participa na promoção de projetos de humanização; desenvolve atividades de assistência na psicologia hospitalar; realiza a gestão de serviços de saúde e contribui para a formação de profissionais de saúde. Silva *et al.* (2017) pontua ainda, a atuação desses profissionais no pronto atendimento, ambulatoriais, unidades de terapias intensivas e psicodiagnósticos.

Atuação do Psicólogo Jurídico

A psicologia jurídica é uma área que envolve toda a aplicação do conhecimento psicológico no âmbito das práticas jurídicas tendo dentro desta, algumas especificidades de atuação (LEAL, 2008). Segundo Brito (2012), a atuação da psicologia em junção ao judiciário não é compreendida apenas por profissionais que atuam dentro do judiciário, mas também por profissionais que realizam trabalhos solicitados pelo sistema de justiça, como profissionais que

atuam em consultórios clínicos ou em outras instituições as quais e são convocados a emitir pareceres psicológicos que serão anexados a atos processuais, instituições que exercem medidas socioeducativas, penitenciárias e conselhos tutelares.

Segundo Leal (2008):

A Psicologia Jurídica abrange as seguintes áreas de atuação: Psicologia Jurídica e as Questões da Infância e Juventude (adoção, conselho tutelar, criança e adolescente em situação de risco, intervenção junto a crianças abrigadas, infração e medidas socioeducativas); Psicologia Jurídica e o Direito de Família (separação, paternidade, disputa de guarda, acompanhamento de visitas); Psicologia Jurídica e Direito Civil (interdições, indenizações, dano psíquico); Psicologia Jurídica do Trabalho (acidente de trabalho, indenizações, dano psíquico); Psicologia Jurídica e o Direito Penal (perícia, insanidade mental e crime, delinquência); Psicologia Judicial ou do Testemunho (estudo do testemunho, falsas memórias); Psicologia Penitenciária (penas alternativas, intervenção junto ao recluso, egressos, trabalho com agentes de segurança); Psicologia Policial e das Forças Armadas (seleção e formação da polícia civil e militar, atendimento psicológico); Mediação (mediador nas questões de Direito de Família e Penal); Psicologia Jurídica e Direitos Humanos (defesa e promoção dos Direitos Humanos); Proteção a Testemunhas (existem no Brasil programas de Apoio e Proteção a Testemunhas); Formação e Atendimento aos Juízes e Promotores (avaliação psicológica na seleção de juízes e promotores, consultoria e atendimento psicológico aos juízes e promotores); Vitimologia (violência doméstica, atendimento a vítimas de violência e seus familiares) e Autópsia Psicológica (avaliação de característica psicológicas mediante informações de terceiros) (LEAL, 2008, p. 182).

Sendo assim, de acordo com o CFP (2022), compreende-se como especialidade do psicólogo jurídico: o auxílio, a execução e avaliação de políticas públicas visando garantir a promoção e obtenção de direitos; a elaboração de documentos para o sistema de justiça garantido os direitos e com a finalidade de preservar a saúde dos indivíduos envolvidos; procedimentos técnicos como acolhimento, orientação avaliação e encaminhamento de indivíduos envolvidos em casos de violência; a assessoria de órgãos de execução penal na formulação de políticas e treinamento de pessoal; a elaboração e execução de programas que visam a garantia do direito à individualização da pena; a contribuição para o desenvolvimento e aplicação de políticas direcionadas a pessoas que foram privadas de liberdade oferecendo a elas e as suas famílias atendimento psicológico; as intervenções psicossociais junto à equipes multi e interdisciplinares; a atuação junto a serviços que executam medidas socioeducativas e de acautelamento de adolescentes infratores; a atuação como mediador frente a situações de conflito; auxilia com seu saber técnico-científico para garantia de direitos, a justiça infância e juventude; a intervenção em conflitos civis relacionados à adoção, guarda, convivência e interdição; a realização de intervenções psicossociais relacionadas a rede de proteção; a atuação no controle social de políticas públicas; promover a articulação institucional com a finalidade de contribuir para construção e manutenção de políticas públicas de segurança; a análise de

situações ligadas à violência considerando a complexidade dos fatores que a compõe; e a contribuição para a análise, revisão, reformulação e tensionamento das leis.

Atuação do Psicólogo no CRAS e CREAS

Um dos fundamentos da atuação do psicólogo são as políticas públicas de assistência social que foram constituídas no Brasil como políticas voltadas para a proteção social, promoção e garantia de direitos. Nessa esteira, foi instituído, no Brasil, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se estrutura a partir de dois níveis de proteção, os quais contam com a atuação do psicólogo. São eles, a proteção social básica e a proteção social especializada (DOSS *et al.*, 2019). A proteção social básica é exercida através dos serviços oferecidos pelo CRAS, já a proteção social especializada através dos serviços oferecidos pelo CREAS. Desse modo, as políticas públicas possibilitam aos profissionais da assistência social uma compreensão do indivíduo considerando sua renda, moradia, sofrimento pessoal, relações de amizade dentre outros fatores (OLIVEIRA, 2019). Dentre os aspectos considerados para a prestação de assistência social, são considerados também o papel que o indivíduo exerce na sociedade e como é seu desenvolvimento frente a ela.

O compromisso do psicólogo no CRAS é destinado para a atenção e prevenção de situações de risco, visando intervir na condição de vulnerabilidade a qual o indivíduo se encontra através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições pessoais e coletivas (SILVA; BONATTI, 2020). A partir disso, a atuação do psicólogo dentro da assistência social tem como objetivo fortalecer os usuários enquanto sujeitos de direitos e fortalecer as políticas públicas. Essas políticas são um grupo de ações coletivas conduzidas e instituídas pelo estado e devem buscar se orientar para a garantia de direitos sociais guiando-se pelos princípios de universalidade, impessoalidade, economia e racionalidade buscando sempre se articular com os indivíduos (CFP, 2007). Devido ao caráter preventivo, as práticas dentro do CRAS são destinadas para pessoas as quais ainda não tiveram seus direitos violados.

O CRAS é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de Assistência Social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Nessa unidade básica da Assistência Social são realizados os seguintes serviços, benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2006a): 1. Serviços: socioeducativo-geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio comunitário; reabilitação na comunidade; outros; 2. Benefícios: transferência de renda (bolsa-família e outra); Benefícios de Prestação Continuada - BPC; benefícios eventuais - assistência em espécie ou material; outros; 3. Programas e Projetos: capacitação e promoção da inserção produtiva; promoção da inclusão produtiva para beneficiários do programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada; projetos e

programas de enfrentamento à pobreza; projetos e programas de enfrentamento à fome; grupos de produção e economia solidária; geração de trabalho e renda (CFP, 2007, p. 22).

A atuação nesse equipamento é interdisciplinar, logo, todas essas funções são exercidas pela equipe de profissionais que o compõem. O psicólogo participa dessas ações articulando sua intervenção a partir de uma análise crítica advinda da ciência psicológica que se complementa com as demais áreas do conhecimento da equipe interdisciplinar com a finalidade de se construir um diagnóstico acerca dos riscos sociais nos territórios e desenvolver meios para minimizar esses riscos.

Já no CREAS, serviço que está direcionado para a proteção social especial a qual se instaura quando o direito do sujeito já foi violado, a atuação do psicólogo tem como principal objetivo, dentre as atividades, o de superação das situações de vulnerabilidade no contexto social (DOSS, 2019). Conforme apresentado pelo CFP (2013), no Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do CREAS, as principais situações relacionadas a violações de direitos as quais o psicólogo pode atuar são em casos de pessoas em situação de rua, violência familiar, trabalho e exploração infantil, abuso e exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, contingências de pessoas idosas e pessoas com deficiência, discriminação em razão de orientação sexual e/ou raça/etnia, dentre outros que podem ser atendidos pelo serviço oferecido pelo equipamento.

A psicologia, enquanto integrante da equipe que compõe o CREAS, colabora para o olhar na perspectiva do sujeito nas suas relações com a família e sociedade. Assim, cabe ao psicólogo do CREAS romper com paradigmas que servem para a reprodução da desigualdade através da construção de ações que possam garantir a segurança socioassistencial, romper com situações de violação de direitos, possibilitar o fortalecimento do papel protetivo da família (CFP, 2013). Essas ações de média complexidade são:

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao

convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio (BRASIL, 2009, p. 19).

Em síntese, a atuação da psicologia em ambas as áreas, CRAS e CREAS, visa garantir que o indivíduo possa vivenciar sua cidadania de maneira justa e humana, tendo acesso aos direitos e meios necessários para que leve uma vida digna e saudável.

Atuação do Psicólogo nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são equipamentos de caráter aberto que visam oferecer serviços destinados à promoção da saúde mental. Os CAPS oferecem atendimentos às pessoas acometidas por transtornos mentais incluindo também aquelas que necessitam de acompanhamento e intervenção devido ao uso nocivo de álcool e outras drogas, auxiliando no processo de reabilitação psicossocial (BRASIL, 2002).

De acordo com as "Referências Técnicas para atuação de Psicólogos(os) nos CAPS", elaboradas pelo CFP (2013), a atuação do psicólogo no âmbito psicossocial compõe uma equipe multidisciplinar, corroborando para um conjunto significativo de atividades como acolhimento, discussão de casos em equipe, psicoterapias, atendimento às crises, elaboração de planos individuais de cuidado, grupos terapêuticos e oficinas, atividades dirigidas diretamente à reinserção social, acompanhamento familiar, conscientização da comunidade, redução de danos, dentre outras. Para além destas atribuições, segundo Cantele *et al.* (2012), o psicólogo deve se atentar a ter uma visão ampla, permitindo que o usuário possa criar laços com o território. Lara e Monteiro (2012) acrescentam que os profissionais devem ter uma atuação política na sociedade, para que ela mude de postura frente à experiência da loucura. exercício profissional do psicólogo no campo psicossocial deve buscar adaptar suas intervenções para que elas não só sejam capazes de atender as demandas individuais e subjetivas que surgem no equipamento, mas que também considerem que essas intervenções serão em sua maioria aplicadas coletivamente entre os usuários, familiares e comunidade. “A atenção psicossocial aponta para a necessidade de produzir intervenções tendo em vista as condições de existência de sujeitos concretos, intervenções complexas e individualizadas, que respondam à necessidade de cada caso e se orientem para as redes de relação e circulação dos indivíduos” (CFP, 2013, p. 80).

Em suma, o papel do psicólogo frente o trabalho nos CAPS deve, além de observar as diretrizes de direcionamento para o exercício profissional, ter um olhar mais amplo e atento para as necessidades subjetivas que cada indivíduo apresenta e ao mesmo tempo considerar a importância de potencializar a criação de vínculo entre os usuários e a participação da família e da comunidade,

assim, contribuirá de forma mais efetiva promovendo melhorias nos ajustes de cada caso promovendo saúde mental de seus usuários.

Atuação do Psicólogo do Esporte

De acordo com Paiva e Carlesso (2019), a psicologia do esporte pode ser definida como um saber que busca averiguar as razões e os impactos dos fenômenos emocionais que o indivíduo exhibe antes, durante e após a execução das atividades físicas, fazendo a manutenção da concentração, da atenção, do autoconhecimento, aliviando tensões e diminuindo a ansiedade do atleta. Os psicólogos do esporte e do exercício buscam melhorar o desenvolvimento de habilidades psico-lógicas dos atletas para assim, aprimorar o desempenho nas competições e o treinamento, identificar transtornos leves e graves apresentados por alguns atletas, possibilitando a intervenção com tratamento adequado. O psicólogo esportivo deve também se comunicar com toda a equipe multidisciplinar que envolve o atleta, como fisioterapeutas, nutricionistas, médicos e treinadores físicos, para que sua intervenção seja de fato benéfica e eficaz (WEINBERG E GOULD, 2017). O psicólogo do esporte busca compreender a linguagem cotidiana que existe entre os treinadores e atletas para interpretar suas particularidades, considerando que existem diferentes maneiras de se expressar e relacionar. A partir dessa compreensão, o psicólogo adapta sua intervenção às nuances da relação entre treinador, atleta, psicólogo e comissão técnica (PAIVA; CARLESSO, 2019).

As áreas de intervenção são compostas, também, pelas práticas de tempo livre (exercícios físicos como manutenção da saúde e do bem-estar), pelo esporte escolar (a relação do praticante com o ambiente escolar, nos mais variados graus), pela iniciação esportiva (crianças e jovens envolvidas em atividades esportivas, pedagógicas e competitivas), pela reabilitação (recuperação psicológica de atletas lesionados e pessoas que realizam atividades esportivas como meio para reabilitação, por exemplo, obesos, doentes cardíacos, doentes mentais, pessoas com necessidades especiais, entre outros) e pelos projetos sociais (que têm como intuito principal utilizar o esporte como ferramenta complementar da educação, da socialização de crianças e jovens de comunidades pobres) (PAIVA; CARLESSO, 2019, p. 6).

Com isso, segundo Paiva e Carlesso (2019), o trabalho do psicólogo esportivo é fundamental para trabalhar o controle das respostas emocionais de cada atleta, os auxiliando emocionalmente a lidarem com suas questões específicas, ajudando a aperfeiçoar o desempenho, orientá-los, recuperá-los das lesões físicas reduzindo os riscos, intensificar a resiliência, aumentar a capacidade de interação social, desenvolver autonomia, otimismo e esperança, ou seja, o profissional de psicologia esportiva além de proporcionar atividades de aprimoramento da saúde física, também aprimora através de intervenções específicas a saúde mental dos atletas.

DISCUSSÃO

De acordo com a declaração Alma-Ata (1978), o conceito de saúde não deve ser compreendido apenas pela ausência de doenças, mas por um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Apesar de ser uma construção bem atrativa e válida, ao se considerar um “estado completo”, a possibilidade de saúde se distancia muito da realidade e se torna um tanto quanto utópica. Assim, Segre e Ferraz (1997), propõem uma perspectiva de saúde que seja vista como um estado de harmonia entre o indivíduo e a realidade vivida. Ao se considerar ambos os pontos de vista, pode-se compreender a saúde como a capacidade do indivíduo, enquanto um ser biopsicossocial, realizar o manejo de sua realidade para alcançar um estado de bem estar que promova autonomia e o proporcione a ele mais qualidade de vida.

Conforme as áreas da psicologia apresentadas anteriormente, essa ciência e profissão, mesmo com suas especificidades, visa, em todas elas, agir como mediadora entre o indivíduo, a realidade vivida e seus objetivos, considerando que a dificuldade de relacionar e manejar cada um desses aspectos poderá causar seu sofrimento e afetar diretamente sua qualidade de vida. A orientação, avaliação e compreensão do comportamento individual e coletivo, o trabalho em equipe e a relação direta com o compromisso social, são afazeres que transcendem as áreas de atuação do psicólogo e que contribuem para um papel de destaque que esse profissional realiza, que é a busca pela potencialização do indivíduo, dando enfoque em suas qualidades e competências para servir de apoio durante o desenvolvimento de sua autonomia e autoconhecimento.

Ter a psicologia inserida em tantas instâncias da sociedade é reflexo de sua importância nos estudos das relações humanas, na compreensão dos elementos comportamentais e cognitivos e na orientação para resolução de problemas cotidianos que envolvem essas relações. Seu entendimento perpassa pelos aspectos biológicos do desenvolvimento humano, pelos aspectos psicológicos e também pelos sociais, onde são compreendidas sua etnia, raça, classe social, gênero, orientação sexual, situação de moradia, alimentação e educação.

Um outro ponto a ser destacado foi que, no decorrer deste estudo, encontrou-se a dificuldade de identificar estudos que problematizassem a falta de associação da psicologia enquanto promotora de saúde entre outras áreas de atuação que não fossem a clínica ou aquelas relacionadas às instituições de saúde, propriamente ditas, e que fizesse uma descrição da prática de cada uma delas e de como promovem saúde. Grande parte dos trabalhos eram voltados para áreas específicas da psicologia, e mesmo quando voltados para a descrição de tal, muitas vezes

sua apresentação se dirigia para algo conceitual e não para a descrição de forma objetiva da prática psicológica em cada uma delas. Esse fator pode ser um contribuinte para que a visão da psicologia clínica prevaleça dentre as outras quando se fala de saúde, já que esta é mais conhecida pela sociedade, mesmo que através de uma perspectiva de senso comum, enquanto as outras não são tão expostas e divulgadas, tanto no âmbito população leiga quanto nos cursos de psicologia. Além de reforçar a representação da psicologia apenas como clínica, essa compreensão pode dificultar o acesso da população aos outros serviços da psicologia que possam necessitar, como o Cras, Creas, Caps e Atenção Básica, ou então dificultar o entendimento de sua importância em áreas como a organizacional e do trabalho e do esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado durante este estudo, a psicologia é uma ciência voltada para a compreensão da mente, do comportamento e das relações humanas, e está presente nas organizações, na saúde pública e particular, no esporte, no jurídico, nas áreas sociais e na educação. Com isso, entende-se a necessidade de informar, de fortalecer enquanto profissão e atuação, e ainda, explorar o seu uso enquanto uma ciência voltada para o ser humano, sua saúde mental e o seu desenvolvimento. Apesar disso, ainda hoje percebe-se maior destaque da psicologia enquanto clínica, destacando-a fortemente como responsável legítima pela promoção de saúde. Entretanto, constatou-se que partindo da real compreensão do conceito de saúde e das demais áreas de atuação da psicologia citadas neste estudo, é possível problematizar a visão estereotipada sobre a psicologia, e como, muitas das vezes, essa visão impede as pessoas de usufruírem dos seus serviços, por falta de informação, como a busca da população pelos serviços da psicologia dos quais ela necessita. Essa compreensão reforça a importância de conscientizar as pessoas sobre a amplitude do fazer psicológico e de como ele pode contribuir para o desenvolvimento do bem estar.

Ao considerar seu compromisso social e os princípios de sua atuação sendo direcionados para toda as camadas da população, sua linguagem e métodos de comunicação devem ser sinalizados e direcionados a esse público de forma clara e objetiva, levando em conta que muitas das vezes conceitos técnicos, críticos e reflexivos podem não ser compreendidos por uma boa parcela da sociedade.

Apresentar as diversas áreas da psicologia, seus objetivos, suas atribuições e associá-las ao conceito de saúde e a importância de tê-lo bem compreendido, poderá contribuir para a quebra do estereótipo da psicologia apenas como clínica, para a desconstrução da saúde mental

somente como ausência de transtornos mentais e para intensificar o papel que todos esses elementos vinculados à atuação da psicologia desempenham na construção e desenvolvimento do ser humano, em todas as suas instâncias, e que todas elas são responsáveis pela manutenção do constructo de saúde e bem estar.

Dessa forma, apresentou-se as diversas faces da Psicologia, a sua forma de atuação e de contribuição às pessoas e ao contexto em que ela está inserida. Apesar de ser clara a função, as particularidades e, também, os desafios desta ciência, é possível entender a sua abrangência e a sua necessidade na sociedade, embora seja preciso tensionar a maneira pela qual se tem falado de psicologia, fomentar e informar, cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ALMA-ATA. **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde**, 1978.

ASSIS, Fabiane Espindola de; FIGUEIREDO, Sue Ellen F. M. R. de. A atuação da psicologia hospitalar: Breve histórico e seu processo de formação no Brasil. **PsicolArgum**, v. 37, n. 98, p. 501-512, out./dez. 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade** [online], v. 19, n. spe 2, p. 46-56, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, PUC-SP, v. 4, n. 2, 1999.

BORGES, C. C; CARDOSO, C. L. **A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres**. Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 26-32; maio/ago. 2005. Disponível em: [SciELO - Brasil - A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres A psicologia e a estratégia saúde da família: compondo saberes e fazeres](#)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

BRASIL. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família: conceitos e diretrizes**. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES). Brasília, Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: http://www.saude.rs.gov.br/upload/1383057504_NASF_set2013.pdf

BRASIL. **Portaria n. 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002**. Estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a psicologia Jurídica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. esp., p. 194-205, 2012.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; BERNARDES, Lúcia Helena Garcia. A revista *Psicologia: Ciência e Profissão*: um registro da história recente da Psicologia brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 25, n. 4 [Acessado 13 out. 2022], p. 508-525, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>>. Epub 20 ago. 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000400002>.

CANTELE, J.; ARPINI, D. M.; ROSO, A. A Psicologia no modelo atual de atenção em saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012.

CARLONI, Paola; A história e a constituição da Psicanálise: Introdução aos principais conceitos freudianos para entender a subjetividade humana. **Rev. Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, v. 1, n. 1, 2011.

CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004.

CINTRA, M. S; BERNARDO, M. H. **Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social**. São Paulo, v. 37 n° 4, p. 883-896. Out./dez. 2017. Disponível em: [SciELO - Brasil - Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social](#)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação de Psicólogos (os) nos CAPS: CREPOP**, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília, CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para práticas de psicólogo (os) no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS**. Brasília, CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 013**. 2007

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 03**. março, 2022.

CRUZ, Roberto Moraes. Competências Científicas e Profissionais e Exercício Profissional do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 36, n. 2 [Acessado 14 out. 2022], p. 251-254, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003522016>>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003522016>.

DIAS, A. C. G; PATIAS, N. D; ABAID, J. L. W. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo**: Algumas reflexões. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr. 2014. Disponível em: [SciELO - Brasil - Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões](#)

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo** [online], v. 6, n. 2 [Acessado 29 set. 2022], p. 57-63, 2001.

DOSS, E. *et al.* **Atuação do psicólogo no centro de referência especializado de assistência social–CREAS**. São Miguel do Oeste, Portal periódicos, 2019.

FURTADO, M. E. M. F; CARVALHO, L. B. **O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência**. Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2015. Disponível em: [O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência \(redalyc.org\)](#)

FURTADO, Odair. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 32, n. spe [Acessado 12 out. 2022], p. 66-85, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>>. Epub 08 nov. 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500006>.

GLEITMAN, Henry *et al.* **Psicologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 33.

LARA, G. A.; MONTEIRO, J. K. **Os psicólogos na atenção às psicoses nos CAPS**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2012.

LEAL, Liene Martha. Psicologia Jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Diversa**, ano 1, - n. 2, p. 171-185, jul./dez. 2008.

LEOU, Karine da Cunha; MENDONÇA, Marcos Moraes de. Análise dos estereótipos de psicologia por grupos de acadêmicos. **Pleiade**, v. 12, p. 22-28, set. 2018.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

MARTINEZ, A, M. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2456/2194>

MARTINEZ, A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 169-177, jan./jun. 2009. Disponível em: [Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira \(bvsalud.org\)](#)

MATOS, Nádia Maurícia; PEIXINHO, Eleonora; DALTO, Mônica. Psicologia clínica na atenção primária: desenhos de práca em contexto de Residência Mulprofissional. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 3, p. 133-142, 2018

OLIVEIRA, Fernando Faleiros de. **Desenvolvimento histórico da psicologia no Brasil, avaliação dos fatores psicossociais e impactos na capacidade para o trabalho em psicólogas e psicólogos**. UCDB, Campo Grande - MS, 2021.

OLIVEIRA, Prática Araújo de. **O cuidado na prática do psicólogo no centro de referência de assistência social (CRAS)**. São Paulo, PUC, jan. 2019.

PAIVA, M.P; CARLESSO, J.P.P. **A importância do papel do psicólogo do esporte na atualidade**: relato de experiência. Itajubá, v. 8, n. 3, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662194002>

SANTOS, Adelcio Machado dos. Psicologia Organizacional e do Trabalho – Plataforma de Gestão do Conhecimento. **Braz. J. of Bus.**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 2193-2205, jul./set. 2020.

SCHIMIDT, Beatriz; KRAWULSKI, Edite; MARCONDES, Renato Cesar. Psicologia e Gestão de Pessoas em Organizações de Trabalho: investigando a perspectiva estratégica de atuação. **Revista de Ciências Humanas**, v. 47, n. 2, p. 344-361, out. 2013.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, out. 1997.

SILVA, Carla Souza Ramos da *et al.* **Os Desafios que os psicólogos hospitalares encontram ao longo de sua atuação**. XVI SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2017.

SILVA, Kássia Alves; FARIA, Bráulio Emílio Maciel. Qualidade de vida no trabalho: a contribuição do psicólogo organizacional. **Rev. Psicol Saúde e Debate**, v. 4, n. 2, p. 115-129, jul. 2018.

SILVA, R. B; BONATTI, G. L. **Reflexões sobre a clínica ampliada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)**. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 379-394, 2019. Disponível em: [Reflexões sobre a clínica ampliada nos Centros de Referência da Assistência Social \(CRAS\) | Psicologia Revista \(pucsp.br\)](#).

SILVA, R. B; BONATTI, G. R. **A Clínica Ampliada e o Trabalho do Psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social**. Campo Grande, v. 12, n. 2, p. 59-72. maio/ago. 2020.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Funicamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa D. **Introdução à psicologia clínica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 9786589881742. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881742/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SOUZA, José Márcio Almeida de; FERREIRA, Sílvia Moraes de Santana. **A atuação do psicólogo organizacional na promoção da saúde dos trabalhadores em organizações**. Unileão, CE, 2021.

SOUZA, M. P. R. **Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 179-182, jan./jun. 2009. Disponível em: [Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas \(bvsaud.org\)](#)

VIEIRA, André Guirland; WAISCHUNNG, Cristiane Dias. A atuação do psicólogo hospitalar em Unidades de Terapia Intensiva: a atenção prestada ao paciente, familiares e equipe, uma revisão da literatura. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 132-153, jun. 2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151608582018000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2022.

WEINBERG, R.S; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 6. ed. Porto Alegre, Artmed, 2017.

ZANELLI, José Carlos. Formação e atuação em Psicologia Organizacional. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 6, n. 1 [Acessado 7 out. 2022], p. 31-32, 1986.